

Em entrevista a Observatório Social Em Revista, o então secretário do Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, fala sobre a corrupção existente no negócio da madeira, as fraudes e o que está sendo feito para combater esses problemas. Duas semanas após conceder esta entrevista Ortega pediu demissão do órgão, que enfrenta sérios problemas de corrupção.



Como a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) tem reagido ao “esquentamento” de madeira ilegal e às fraudes?

Valmir Ortega - A mudança do antigo sistema de autorização para transporte, em papel, para o atual sistema virtual tem como objetivo criar um mecanismo mais ágil no combate à fraude. Mas nenhum sistema é imune. O que temos hoje é uma capacidade maior de identificar essas fraudes, com velocidade relativamente maior do que era no passado e, portanto, de reagir a ela. Nos últimos meses temos feito um esforço grande para a revisão do cadastro dos produtores no sistema. Também temos realizado um conjunto de operações em campo para verificar se empresas cadastradas, que estão movimentando crédito de madeira, de fato existem, se a existência é compatível com o porte, se o porte é compatível com o volume de movimentação feita no sistema. Apenas nos últimos dois meses, quase 1.500 empresas foram ou bloqueadas ou notificadas.

Essas medidas são suficientes para combater a

“Ação integrada é fundamental contra fraudes”

venda de madeira ilegal, estimada em 70% de toda a exploração da madeira amazônica?

Valmir - Parece-me um pouco exagerado afirmar que 70% da madeira da Amazônia é comercializada ilegalmente. De fato, parte da madeira que sai do estado do Pará passa por esse processo de “esquentamento”, e isso a gente está verificando. A madeira que vai para exportação, em geral, passa por um sistema de controle. São poucas as empresas exportadoras, o volume é menor e elas estão submetidas a um monitoramento mais rígido. De qualquer forma, é possível que isso aconteça.

A Sema também está mudando os índices de conversão da madeira, que levam em consideração a capacidade da empresa e a tecnologia que detém. Por que isso é necessário?

Estamos adotando índices mais rígidos em termos de conversão de madeira serrada, de tora para madeira serrada e de madeira serrada para outros tipos de madeira. Com essa mudança, será possível calibrar a capacidade tecnológica de cada empresa.

Antes nós tínhamos um patamar muito alto, que considerava um padrão de operação ótimo, o que não é a realidade de grande parte das empresas no estado do Pará. Agora estamos dando um piso de patamar tecnológico, um índice de conversão mais baixo, e eventualmente uma ou outra empresa que tenha patamar tecnológico superior será avaliada individualmente. Essa é uma regra importante para evitar a inserção irregular de créditos no sistema.

Como o Sr. vê o fato de o Pará ser o segundo estado brasileiro que mais compra madeira? É uma prova concreta do tamanho do mercado de créditos?

Valmir - Nós temos hoje um grande volume de créditos vindos de outros estados, como Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Maranhão. É fundamental que tenhamos mecanismos de verificação e de certificação desses créditos. Hoje, considerando o volume de material que vem de créditos, é difícil se fazer uma filtragem mais rigorosa. Portanto, uma ação integrada com o Ibama e com outros estados é fundamental

para a verificação da origem. Em caso de fraude ou de aparência de fraude, precisamos acionar rapidamente o Ibama ou o órgão ambiental do estado. As eventuais irregularidades nos índices, a questão de empresas fantasmas que geram créditos fraudulentos e a questão de créditos interestaduais são as três principais janelas que precisamos fechar, e várias medidas foram adotadas nesse sentido nos últimos meses.

Quais os mecanismos que já estão disponíveis para essa articulação?

Valmir - Nós criamos um novo mecanismo de acesso exclusivo para os órgãos externos. Agora, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ibama, Serviço Florestal Brasileiro e outros têm um sistema de acesso independente ao nosso sistema, com gerenciamento de ações que não é controlado pela Sema. Portanto, ele permite ao Ministério Público ter autonomia para fazer qualquer consulta, conseguir os dados em tempo real para que possa instruir as ações e procedimentos. Isso deve ampliar a transparência e diminuir a possibilidade de fraude nos próximos anos.